

Goiás negocia e consegue rolar R\$ 889 milhões

Dívida mobiliária do Estado será paga em 30 anos, segundo acordo fechado com Fazenda

RUBENS SANTOS

GOIÂNIA — O Estado de Goiás conseguiu rolar, por 30 anos, o total das dívidas mobiliárias, de R\$ 889 milhões. O acordo, aprovado na quarta-feira pelo Ministério da Fazenda, prevê pagamentos com juros de 6% ao ano, mais variação do IGP-D. A negociação foi fechada por técnicos da Secretaria de Fazenda de Goiás e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

O acordo prevê créditos de R\$ 792 milhões e permite às estatais goianas negociar R\$ 300 milhões de dívidas com os órgãos federais. O governo goiano ainda torce pelo prolongamento das dívidas fundadas (empréstimos externos), roladas em 1994 para os próximos 20 anos.

“O sucesso destas negociações resultou em grande alívio de caixa”, afirmou Donald Rodrigues de Lima, diretor do Tesouro estadual. “A partir de agora, podemos contar com uma economia de R\$ 7 milhões ao mês,

pagar o 13º salário e retomar os investimentos no Estado.” Os débitos rolados são os seguintes:

■ Dívidas com letras imobiliárias, colocadas no mercado, no valor de R\$ 650 milhões, e emitidas entre 1989 e 1990.

■ Empréstimo de R\$ 150 milhões, realizado no início do ano com a Caixa Econômica Federal para o pagamento do 13º salário dos

servidores e pequenos contratos.

■ Débito de R\$ 89 milhões com o BNDES quando da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Esta-

do, em 1989, e prazo inicial de 12 anos para pagar.

Além das dívidas mobiliárias, o governo goiano obteve sucesso na negociação de créditos com a União, no valor de R\$ 792 milhões, que correspondem a:

■ Venda da carteira imobiliária da Caixa Estadual, liquidada em 1990 pelo Banco Central, à Caixa Econômica Federal por R\$ 320 milhões e com deságio de apenas 7%.

■ Recebimento de R\$ 472 milhões do pacote que resultou da divisão do território, em 1988, para a criação do Estado do Tocantins.

O governo goiano também quer obter prolongamento de prazo para pagar dívidas fundadas, no valor de R\$ 3,550 bilhões, para 30 anos.

ACERTO
PREVÊ ENTRADA
DE NOVOS
RECURSOS